

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Cotas para acesso ao Ensino Superior: o debate em sala de aula no Ensino Médio
Inovador do Instituto Estadual de Educação.**

Paula Roberta Batistela Elias

Florianópolis, Julho de 2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

Cotas para acesso ao Ensino Superior: o debate em sala de aula no Ensino Médio Inovador do Instituto Estadual de Educação.

**Paula Roberta Batistela Elias.
Artigo apresentado como exigência
para a obtenção de título de
licenciado em Ciências Sociais à
Comissão Julgadora da
Universidade Federal de Santa
Catarina, sob orientação da
Professora Doutora Ilse Scherer-
Warren, e Co-orientação da
Professora Doutora Joana Célia
dos Passos.**

Banca Examinadora:

Prof^ªDra. Ilse Scherer-Warren

Prof^ª Dra. Joana Célia dos Passos

Prof^ª Dra. Ligia Helena H. Lüchmann

Florianópolis, Julho de 2012

TABELAS

Tabela 1 - Percentual de entrevistados por sexo

Tabela 2 - Percentual de entrevistados por raça ou cor segundo classificação do IBGE.

Tabela 3 - Percentual das disciplinas que discutiram as cotas em aula

Tabela 4 - A escola já proporcionou algum tipo de debate sobre as cotas?

Tabela 5 - Você é favorável e/ou contrário a algum tipo de cota?

GRAFICOS

Gráfico 1 - Concentração de negros no Sistema de Educação

LISTA DE SIGLAS

AAs – Ações Afirmativas

CUn – Conselho Universitário

EM – Ensino Médio

EMI – Ensino Médio Inovador

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

IEE – Instituto Estadual de Educação

MN – Movimento Negro

STF – Supremo Tribunal Federal

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

Este artigo apresenta o resultado de uma investigação que teve como objetivo identificar as disciplinas do Ensino Médio Inovador do Instituto Estadual de Educação, localizado em Florianópolis, que abordaram algum tipo de discussão sobre as cotas; perceber se a disciplina de Sociologia especificamente trouxe esse tema para ser trabalhado em sala de aula e, analisar se a escola promoveu algum tipo de debate envolvendo a temática de cotas para acesso ao ensino superior. Os dados foram coletados por meio de um questionário, contendo a amostra de 79 estudantes do último ano do Ensino Médio Inovador. Buscamos compreender o posicionamento que estes alunos têm frente à política de cotas que pode beneficiá-los no acesso a uma universidade pública. Deve-se ressaltar que os alunos estarão em breve frente à possibilidade de disputar uma vaga no Ensino Superior em um vestibular por cotas. A problemática em questão, além do tipo de investigação proposta são pautas fundamentais na atualidade, pois as cotas para acesso ao Ensino Superior estão em demasiada evidência nos últimos anos no Brasil.

Palavras-Chave: Cotas, Ensino Médio, Sociologia.

ABSTRACT

This article presents the results of an investigation that aimed to identify the disciplines of the School of the State Institute of Innovative Education, located in Florianópolis, that addressed some type of discussion about quotas, see if the discipline of sociology specifically brought this issue to be worked into the classroom and to consider whether the school promoted some kind of debate surrounding the issue of quotas for access to higher education. Data were collected through a questionnaire containing the sample of 79 students last year of high school Innovator. We seek to understand the position that these students have before a policy of quotas that can benefit them access to a public university. It should be noted that the pupils will soon be facing the possibility of competing for a place in higher education in a *vestibular* assessments. The issue in question, plus the type of research proposed guidelines are fundamental nowadays, because quotas for access to higher education are in too much evidence in recent years in Brazil.

Keywords: Quotas, high school, Sociology

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| TABELAS E GRÁFICOS..... | 03 |
| LISTA DE SIGLAS..... | 04 |
| RESUMO..... | 05 |
| INTRODUÇÃO..... | 08 |
| A ESCOLHA DA AMOSTRA..... | 09 |
| ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS | 11 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 20 |
| REFERÊNCIAS..... | 21 |

INTRODUÇÃO

Nos anos 60, as Ações Afirmativas (AAs) tiveram ampla visibilidade nos Estados Unidos com a mobilização dos movimentos pelos direitos civis para combater a desigualdade entre brancos e negros causada pela segregação racial. Dessa maneira, as AAs podem ser consideradas uma conquista dos movimentos sociais, especialmente do Movimento Negro (MN).

O sucesso obtido pelas lutas dos movimentos sociais nos Estados Unidos inspirou estratégias de adaptação para reduzir a exclusão e as desigualdades sociais em outras sociedades marcadas pela experiência histórica da escravidão, como no caso da sociedade brasileira. No Brasil, nas últimas décadas o debate acerca das Ações Afirmativas cresceu muito, graças às lutas e reivindicações dos movimentos sociais e do MN, que se mobilizou para a democratização de espaços, como a educação superior na qual a presença do negro era e ainda é muito baixa.

Sendo assim as AAs podem ser vistas como medidas que visam eliminar desigualdades historicamente acumuladas, como também, uma tentativa de garantir a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como forma de compensação de perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Dessa maneira as AAs visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações no passado (SANTOS. 1996, p.10).

Existe uma confusão entre os conceitos de cotas e Ações Afirmativas. Em algumas situações equívocas, esses conceitos por vezes aparecerem juntos nos textos causando certa confusão; e em outras situações essa confusão surge devido à falta de informação, pois Ação Afirmativa não é sinônimo de cotas. As cotas se constituem em uma das modalidades de AAs que assegura a reserva de vagas para a garantia dos direitos (ao trabalho, à educação, à promoção profissional) para as parcelas marginalizadas da sociedade. (SILVA, 2003, p.21). Elas têm um efeito político e pedagógico importante, já que reforçam o reconhecimento do problema da desigualdade, e provocam uma ação concreta, que é a inclusão de negros em espaços cuja presença é aquém da representação deste segmento no Brasil.

Esse artigo é resultado de uma pesquisa que buscou compreender a partir de uma amostra específica, 79 questionários, como tem sido a discussão sobre as AAs,

modalidade de cotas, para acesso ao ensino superior, nas disciplinas do terceiro ano do Ensino Médio Inovador.

A Escolha da Amostra

A temática das Ações Afirmativas tem grande importância, já que as cotas, como modalidade de AA, nunca estiveram tão em evidência, tanto em âmbito regional¹ como no nacional. No âmbito regional, essa problemática se torna pertinente, por conta do sistema de cotas na Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, completar cinco anos em 2012, além disso, no mesmo ano houve a avaliação e aprovação das cotas por mais cinco anos pelo Conselho Universitário (CUn)². No âmbito nacional pela recente sentença do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando a constitucionalidade da reserva de vagas no vestibular³, que é atualmente adotada por mais de 70% das universidades públicas brasileiras (MACHADO; SILVA, 2012, p. 27).

O trabalho realizado buscou compreender se as cotas para acesso ao ensino superior têm sido discutidas nas disciplinas do Ensino Médio (EM). Pensamos o papel da escola como o de formar cidadãos, dar aos estudantes os ensinamentos de que eles necessitam para viver em sociedade, através de um trabalho crítico e da busca pelo exercício da cidadania. A escola deve mostrar aos educandos a importância de cada indivíduo e seu papel na sociedade, enquanto cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.

Dessa maneira, muitas vezes é dentro da escola que surgem muitas informações para a formação do pensamento dos estudantes, logo, as disciplinas estudadas na escola fazem parte dessa formação. Na tentativa de delinear a discussão das cotas dentro da sala de aula, aplicamos 79 questionários em três turmas de terceiro ano do Ensino Médio. Optamos pelo questionário já que:

¹ Considerando o âmbito regional a Universidade Federal de Santa Catarina.

² O CUn, avaliou e aprovou no dia 29 de junho de 2012, o sistema de cotas na UFSC por mais cinco anos.

³ O DEM (Partido Democrata) moveu uma ação contra as cotas raciais, acusando o sistema adotado pela UNB, no qual uma banca analisa se o candidato é ou não negro, de criar uma espécie de “tribunal racial”. Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) validou no dia 26 de abril de 2012, a adoção de políticas de reserva de vagas para garantir o acesso de negros e índios a instituições de ensino superior em todo o país. O tribunal decidiu que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil. De acordo com dados da Advocacia-Geral da União (AGU), 13 universidades brasileiras possuem políticas de cotas raciais e outras 20 combinam o critério de raça com a questão social para fazer a seleção dos candidatos. A decisão do STF não proíbe outras ações em relação a cotas para ingresso no ensino superior, uma vez que as universidades têm autonomia para definir suas políticas.

O inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo fato de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem. (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005, p.188).

Focamos nos alunos dessa série, porque estão frente à possibilidade de disputar uma vaga no Ensino Superior em um vestibular que utiliza a reserva de vagas étnico/raciais e sociais.

A escolha da escola e das turmas foi feita a partir da experiência de estágio obrigatório para a licenciatura em Ciências Sociais, realizado na turma 254, do segundo ano do chamado Ensino Médio Inovador⁴ (EMI), em 2011, no Instituto Estadual de Educação⁵ (IEE). A turma 254, que passou a ser 353 pela mudança de segundo para terceiro ano, surpreendeu na qualidade dos debates sobre os conteúdos levados para sala de aula⁶ durante o período de estágio. Diante disso nos despertou a curiosidade em saber a opinião desses alunos sobre as cotas, e se outras disciplinas abordaram esse assunto. Aplicamos o questionário em outras duas turmas que estão inclusas no EMI, 351 e 352, que possui como um dos diferenciais do Ensino Médio comum, o contra turno. Ou seja, os estudantes têm aula em alguns dias da semana⁷ no turno contrário ao que estão matriculados.

A pesquisa aqui relatada foi realizada a partir de uma direção metodológica voltada para a produção, organização e análise de dados quantitativos, por meio da criação de um banco de dados. Nesta perspectiva, como já dissemos, aplicamos 79 questionários em estudantes do último ano do EMI do Instituto Estadual de Educação. Os estudantes não foram escolhidos aleatoriamente. A escolha veio a partir da etapa já citada de estágio para formação em licenciatura em Ciências Sociais. Nesse sentido não abarcamos todos os 506 alunos de todas as turmas do último ano do Ensino Médio. Das

⁴ O Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, instituído pela Portaria nº971, de 9 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

O objetivo do ProEMI é apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e as demandas da sociedade contemporânea.

⁵ O Instituto Estadual de Educação localizado no centro de Florianópolis é considerada a maior escola pública da América Latina.

⁶ As estagiárias trabalharam os Movimentos Sociais, como Movimento Feminista, Movimento Trabalhista, Movimento Negro entre outros.

⁷ Cada turma tem seu horário de contra turno, mas sempre com dois dias da semana para todas as turmas do EMI.

14 turmas do terceiro ano do EM apenas três turmas utilizam o sistema do Ensino Médio Inovador, somando no total, 105 alunos. Nossa amostra, portanto conta com mais de 75% dos alunos das turmas escolhidas totalizando 79 estudantes.

Com a aplicação dos questionários, objetivamos:

- Identificar as disciplinas que abordaram algum tipo de discussão sobre as cotas;
- Perceber se disciplina de Sociologia, especificamente, trouxe esse tema para a sala de aula;
- Analisar se a escola promoveu algum tipo de debate envolvendo a temática de cotas para acesso ao ensino superior;

Os questionários aplicados serviram para mapear os quesitos: sexo; raça/cor; favorável ou não as cotas; se a escola já proporcionou algum tipo de debate sobre as cotas⁸; qual tipo de cota o estudante é favorável.

Trabalhamos com apenas duas questões abertas principais, uma que aborda a opinião dos alunos sobre as cotas para acesso ao ensino superior, e outra com a intenção de apontar as disciplinas que trabalharam algum conteúdo sobre cotas em sala de aula.

Para a tabulação dos dados utilizamos o programa IBM-SPSS⁹, um processador eletrônico especialmente desenvolvido para survey. Por meio da frequência das variáveis: sexo; raça/cor; disciplinas que discutiram cotas em sala de aula; a escola já proporcionou algum tipo de debate sobre as cotas; favorável ou não as cotas; foi possível estabelecer uma avaliação quantitativa, e através desses números uma análise qualitativa de tabelas que em alguns pontos¹⁰ sugerem outras análises que tangenciaram a questão investigada dando margem para outras pesquisas.

ANÁLISE E DISCUSÃO DOS DADOS

Observando a tabela 1 podemos avaliar pelos dados quantitativos que a presença feminina em nossa amostra é mais significativa, apresentando aproximadamente 27,9 pontos percentuais a mais que a presença masculina. Essa presença esta relacionada com números recentes que apontam um crescimento, na última década, da escolarização

⁸ Essa questão procurou saber se a escola como instituição já promoveu alguma forma de discussão, independente das levantadas pelos professores dentro da sala de aula.

⁹ Social Package for Social Science

¹⁰ Como o por que de um número elevado da presença feminina em relação a masculina no Ensino Médio.

feminina. Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE 2010, o número de mulheres entre 15 e 24 anos com o ensino médio completo e ensino superior incompleto no Brasil é 4,1%, e o de homens é de 3,3%. Santa Catarina não foge muito dos números nacionais, já que os homens com ensino médio completo e superior incompleto no Estado são 4%, enquanto as mulheres são 4,5% da população de 15 a 24 anos.

Tabela 1: Percentual de entrevistados por sexo.

| Sexo | | | |
|-----------------|------------------|-----------|--------------|
| Feminino | Masculino | SD | Total |
| 63,3% | 35,4% | 1,3% | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de opinião sobre as cotas entre os estudantes do IEE.

Mesmo a média nacional brasileira apresentando um percentual mais alto de mulheres no ensino médio que homens, a diferença no Instituto Estadual de Educação entre os sexos é muito mais elevada que a porcentagem nacional.

Podemos conjuntamente, justificar a maioria feminina por dois fatores: uma nossa amostra se tratar de turmas que estudam alguns dias da semana em período integral. Por esse motivo e por um direcionamento dos meninos na faixa etária da amostra¹¹ para o mercado de trabalho, pode se justificar a ausência dos mesmos nas turmas do EMI. Outro fator que pode ter influencia nesse número é a localização do IEE no pé do Maciço Central do Morro da Cruz. Esse Maciço é marcado pelo tráfico de drogas, o que pode envolver os meninos na idade da amostra, tirando esses das escolas, esse fator requer um estudo mais aprofundado para comprovar essa diferença na porcentagem de meninos e meninas no IEE.

Em relação à configuração racial e, se analisarmos a composição da população brasileira segundo a classificação racial do Censo Demográfico 2010 – IBGE, observamos que cerca de 51% dos habitantes do Brasil se declaram negros. Este número é consequência do crescimento da população negra, que do ano 2000 para 2010, atingiu uma taxa média anual de crescimento de 2,4%, com isso houve um aumento de 9% da população negra de 1991 a 2000 e um crescimento de 28% até 2010. Com isso a

¹¹ Amostra abordou estudantes de 16 a 18 anos.

quantidade de habitantes não-negros¹² no país, até então superior, passou a ser menor que a de negros. Esse aumento não aconteceu por conta de um crescimento descontrolado da natalidade dos negros no Brasil. Ou por uma migração em massa que fez com que esses números crescessem, mas sim por um aumento na afirmação da identidade negra por parte da população brasileira¹³.

A Região Metropolitana de Florianópolis acompanhou a tendência nacional de crescimento da população negra apresentando taxas médias anuais de crescimento superiores a população de não-negros. Com crescimento médio de 4,9% de 1991 a 2000 e 6,6% de 2000 a 2010 a população de negros na Região Metropolitana de Florianópolis sofreu um aumento de 55% de 1991 a 2000 e de 90% de 2000 a 2010.¹⁴

A população de Florianópolis tem atualmente 14,6% de negros, uma das maiores do estado, perdendo apenas para Palhoça 15,9%, São José com 15,6% e Biguaçu com 15,5%.

Tabela 2: Percentual de entrevistados por raça ou cor segundo classificação do IBGE

| Raça/Cor | Frequência | % |
|--------------|------------|--------------|
| Branco | 68 | 86,1 |
| Preto | 1 | 1,3 |
| Pardo | 7 | 8,9 |
| Amarelo | 1 | 1,3 |
| Indígena | 1 | 1,3 |
| SD | 1 | 1,3 |
| Total | 79 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de opinião sobre as cotas entre os estudantes do IEE.

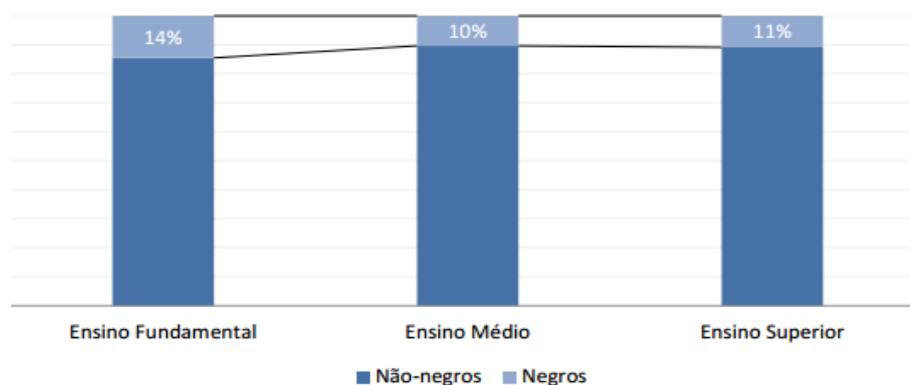
¹² Consideramos a população não-negra, a soma de todos os indivíduos que não se declararam nem negros e nem pardos.

¹³ Na medida em que o debate da identificação racial ganhou mais evidência, a sociedade começou perceber que é um tema legítimo; na medida em que negros são vistos, como por exemplo, compondo o Supremo Tribunal Federal e ocupando os mais diversos cargos na política; na medida em que o Movimento Negro passou a ocupar espaços nos debates políticos, a identidade negra se fortaleceu.

¹⁴ Na Região Metropolitana de Florianópolis a quantidade de habitantes sem declaração de raça saiu de cerca de 2 mil em 1991 para 4 mil em 2000 e posteriormente caiu para menos de 50 habitantes em 2010. Essa grande variação não minimiza o crescimento exponencial observado da população negra, pois a amostra de não declarantes é muita pequena em relação à totalidade da população.

Ao analisarmos a tabela 2, podemos notar que se somados os percentuais de negros e pardos alcançamos um índice de 10,2% da amostra. Segundo o Censo Escolar 2010 que analisou 142 escolas dos municípios de Florianópolis e São José¹⁵, os negros são 14% no Ensino Fundamental, 10% no Ensino Médio e 11% no Ensino Superior como podemos notar no gráfico:

Gráfico 1: Concentração de negros no Sistema de Educação



Fonte: Censo Ensino Superior 2010 e Censo Escolar 2010

Esses queda de 4 pontos percentuais entre o Ensino Fundamental e o EM dão margem para concluirmos que passar pelo EM é um dos principais obstáculos para os estudantes negros chegarem ao Ensino Superior. Muitos jovens entre 15 e 24 anos estão fora da escola, pois precisam trabalhar para sobreviver. Com essa barreira, o jovem fica excluído do EM, não concluindo a educação básica, não chegando assim ao Ensino Superior.

Focalizamos nos dados que apontam as disciplinas que abordaram a temática das cotas em sala de aula.

¹⁵ Segundo o Estudo dos Indicadores Socioeconômicos da População Negra da Grande Florianópolis encomendado pela Coordenadoria de Educação para a Promoção da Igualdade Racial não foi possível identificar as escolas dentro da base de dados do Censo Escolar 2010, nem se a escola era privada ou pública, por esse motivo não separamos apenas os dados do Instituto Estadual de Educação.

Tabela 3: Percentual das disciplinas que discutiram as cotas em aula.

| Disciplina | % | Total |
|-------------------|----------|--------------|
| Sociologia | 81,3 | 100,0 |
| Português | 62,2 | 100,0 |
| Filosofia | 17,9 | 100,0 |
| História | 7,7 | 100,0 |
| Geografia | 5,2 | 100,0 |
| Matemática | 2,6 | 100,0 |
| Ens. Religioso | 1 | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de opinião sobre as cotas entre os estudantes do IEE.

Segundo a tabela 3 a disciplina de História tem um baixo indicador nessa discussão. Contrariamente ao que sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

A integração da História com as demais disciplinas que compõem as denominadas Ciências Humanas permite sedimentar e aprofundar temas estudados no Ensino Fundamental, redimensionando aspectos da vida em sociedade e o papel do indivíduo nas transformações do processo histórico, completando a compreensão das relações entre a liberdade (ação do indivíduo que é sujeito da história) e a necessidade (ações determinadas pela sociedade, que é produto de uma história) (PCN, 2000, p. 20)

Também segundo os PCN cabe a disciplina de História:

- Situar as diversas produções da cultura – as linguagens, as artes, a filosofia, a religião, as ciências, as tecnologias e outras manifestações sociais – nos contextos históricos de sua constituição e significação.
- Situar os momentos históricos nos diversos ritmos da duração e nas relações de sucessão e/ou de simultaneidade.
- Comparar problemáticas atuais e de outros momentos históricos.
- Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado. (PCN, p. 28)

Dessa maneira, discutir as cotas dentro do conteúdo levado para sala de aula na disciplina de História é imprescindível, já que, vai ser nessas aulas que os estudantes vão aprender e compreender todo o processo de construção histórica das desigualdades no Brasil, e que levou a necessidade das cotas tanto as sociais como raciais para acesso ao ensino superior.

É importante destacar que a disciplina de História integra, junto com disciplinas de Licenciatura e Artes, as áreas que devem assegurar no campo da escola o ensino das relações raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira africana¹⁶.

Também na tabela 3 ao contrário do baixo índice da disciplina de História, as disciplinas de Sociologia e Português aparecem como as que mais abordaram a discussão sobre cotas em sala. Cabe ressaltar que em relação à disciplina de Sociologia a Lei 9.394/96 estabelece:

Uma das finalidades centrais do Ensino Médio é a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (PCN, p. 37)

Sendo assim:

Pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário. (PCN, p. 37)

Sabemos que a implementação do ensino da sociologia no Brasil passou por diferentes momentos e disputas de poder. A prática dessa disciplina nos currículos brasileiros já foi obrigatória e deixou de ser algumas vezes. Contribuindo com a discussão Jinkings afirma:

Quando se analisa a trajetória de institucionalização da sociologia e sua constituição como disciplina científica e acadêmica no Brasil, é notável sua vinculação com as condições sociais, culturais e políticas vigentes. Especialmente no que diz respeito ao ensino da sociologia nos cursos de nível médio, a luta pela incorporação da disciplina como obrigatória no currículo das escolas se dá em momentos de intensa mudança em todas as dimensões da vida social e de tentativas de construção de um processo democrático no país. Por outro lado ela se distancia das escolas nos períodos marcados por regimes autoritários e ditatoriais, como o Estado Novo e o regime militar pós 1964.”(JINKINGS 2009, p. 11)

¹⁶ Segundo a Lei 10639/03 os conteúdos referentes ao estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, que resgata a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil, serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

No estado de Santa Catarina ela é obrigatória desde que foi decretada a Lei Complementar n. 173, de 21 de dezembro de 1998 enquanto em âmbito nacional a sociologia torna-se obrigatória com o Parecer 38/2006 do Conselho Nacional de Educação.

Entretanto, estamos cientes de que a luta pelo ensino de sociologia nos três anos do ensino médio em Santa Catarina ainda continua. Agora não mais no sentido de torná-la obrigatória, mas sim de continuar sendo disciplina obrigatória e valorizada como integrante importantíssima do currículo das escolas do estado.

A disciplina no estado de Santa Catarina, como provavelmente nos outros estados brasileiros, enfrenta vários problemas. Dentre os principais queremos ressaltar a confusão feita com relação ao que é, ou deve ser o conteúdo ministrado em cada série do ensino médio. Outro problema enfrentado pela sociologia é a falta, ou pouca publicação de material didático que auxilie a preparação e efetivação das aulas, lembramos que os professores/as, muitas vezes, não têm acesso e conhecimento da existência desses materiais. Mas o principal problema da disciplina de sociologia é a deficiência na formação dos professores. Não é de hoje que as licenciaturas estão negligenciadas e deixadas de lado nos cursos de graduação. Com essa deficiência na formação o professor chega à escola despreparado para abordar, por exemplo, os temas que envolvem as relações étnico/raciais brasileiras.

Trazer o debate sobre as cotas para a sala de aula é de certa forma “obrigação” no ensino de Sociologia no Ensino Médio, pois é nessa disciplina que teoricamente estão inseridas as informações acerca da construção do pensamento crítico do estudante, e com isso a contribuição para a formação do cidadão. Com o amadurecimento de ideias, com notícias, textos e outros meios didáticos, o conteúdo ministrado em aula deve auxiliar o estudante para que esse não caia no senso comum quando o assunto tratado são as cotas. Mais do que debater as cotas, a sociologia ao discutir a formação do pensamento brasileiro precisa discutir também as diferentes abordagens explicativas sobre desigualdades no Brasil, e entre elas a construção das desigualdades étnico-raciais.

A variável, “se a escola já proporcionou algum tipo de debate sobre as cotas”, é uma das mais contundentes.

Tabela 4: A escola já proporcionou algum tipo de debate sobre as cotas?

| | % |
|-------|-------|
| Não | 93,6 |
| Sim | 6,4 |
| Total | 100,0 |

Fonte: Pesquisa de opinião sobre as cotas entre os estudantes do IEE.

Observamos na tabela 4 um percentual muito elevado apontando que a escola nunca proporcionou nenhuma discussão abordando o assunto cotas para acesso a universidade pública. Pensamos a escola como formadora de opinião e consideramos que muitos estudantes das escolas públicas são o foco das cotas para acesso ao ensino superior, então não caberia a escola o papel de auxiliar o estudante na construção de sua opinião sobre as cotas? Como também caberia a escola a função de esclarecer possíveis dúvidas sobre as cotas? Como a forma de acesso das principais universidades do estado; qual estudante pode optar pelas cotas, etc.

O elevado percentual da falta de informações sobre as cotas por parte da escola pode ter influência na resposta de outra variável, o tipo de cotas que os estudantes apontaram ser favorável e/ou contrário.

Tabela 5: você é favorável e/ou contrário a algum tipo de cota?

| | Frequência | % |
|---|------------|-------|
| Favorável a cotas para Ensino Público e Contrário a cotas para Negros | 50 | 69,4 |
| Favorável a todos os tipos de cotas | 17 | 23,6 |
| Contrário a todos os tipos de cotas | 5 | 6,9 |
| Total | 72 | 100,0 |
| SD | 7 | |
| | 79 | |

Fonte: Pesquisa de opinião sobre as cotas entre os estudantes do IEE.

Na tabela 5, vemos que mais de 69% dos entrevistados se colocam contra política de cotas para negros nas universidades públicas, enquanto 23,6% destes se afirmam totalmente favoráveis.

Esses números ficam mais interessantes se pensarmos a partir das principais respostas da questão aberta sobre a opinião dos alunos sobre as cotas. Nessa questão separamos as respostas mais frequentes abaixo:

- a) A cota racial ‘burlaria’ a forma de entrada ‘normal’ ou típica na universidade;
- b) O individuo negro que acessasse uma vaga por essa via poderia ser alvo de discriminações ou agressões verbais por parte dos estudantes brancos;
- c) O negro tem a mesma capacidade intelectual que o branco, portanto se estudar consegue ingressar em uma universidade pública;
- d) Cota social seria mais justa, já que o ensino público brasileiro é precário;

Podemos notar nas respostas dos estudantes a presença das teses apresentadas por Karine Pereira Goss no artigo *Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil*. A primeira tese apresentada pela autora é a *tese da perversidade* que:

(...) seus defensores afirmam que as mudanças advindas de medidas que visam a algum tipo de transformação na sociedade, em vez de levar a sociedade a determinada direção, levam exatamente à direção contrária. A ação produzida gera uma cadeia de consequências imprevisíveis e não intencionais que provocam o oposto do que se deseja alcançar. (GOSS, 2009, p.117)

Nessa tese a autora aponta no caso das cotas que vários autores que a utilizam afirmam que as cotas, em vez de contribuírem para eliminar, incitam ainda mais o racismo. Identificamos a tese da perversidade nas respostas dos alunos, como por exemplo, no exemplo b, “o individuo negro que acessasse uma vaga por essa via poderia ser alvo de discriminações ou agressões verbais por parte dos estudantes brancos”

Encontramos ainda outra tese apontada por Goss, a *tese da futilidade*, essa tese demonstra que a mudança não terá eficácia alguma, nessa tese também ocorre a desmoralização dos defensores da mudança. Para Goss “A tese da futilidade representa, uma crítica à própria intenção de mudança, porque não se pode mudar aquilo que não pode ser mudado”. É nessa tese que se encontra a defesa que as mudanças causadas pelas cotas não vão alterar a realidade da educação brasileira, já que o problema do sistema educacional do Brasil, não está no Ensino Superior e sim na má qualidade do

Ensino Básico. Percebemos essa tese no exemplo d), no qual os alunos justificam ser favoráveis a cotas sociais, já que o ensino público brasileiro é precário.

Podemos notar também que os estudantes estão envolvidos em uma farsa ideológica, muito disseminada no senso comum, que afirma a política de cotas como incapaz de resolver o problema educacional brasileiro, sendo necessário o investimento mais eficaz no Ensino Fundamental e Médio¹⁷. Notamos também que os estudantes que responderam ao questionário estariam influenciados pelo mito da democracia racial¹⁸. Esse mito ainda é apresentado como se fosse a verdade da sociedade brasileira. Existe uma grande dificuldade em entender a crença de que é das diferenças socioeconômicas a explicação das desigualdades entre brancos e negros, apesar do ideal da democracia racial já ter sido desmistificado pelo Movimento Negro e por muitas pesquisas acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão envolvendo as Ações Afirmativas (modalidade de cotas) para acesso ao ensino superior cresceu muito nos últimos anos no Brasil. As universidades estão cada vez mais envolvidas nessas discussões, e, muitas vezes por pressões internas e externas, são obrigadas a se adaptar ao sistema de cotas.

Na área educacional básica notamos uma falta de atenção do Poder Público no que concerne à questão da discussão das cotas nas escolas. Esse debate sobre acesso ao ensino superior muitas vezes fica restrito às atividades desenvolvidas por movimentos sociais, como o movimento negro. As escolas, muitas vezes, parecem não notar a importância de um ensino com um conteúdo transversal das disciplinas. Cabe à escola, como formadora de opinião, trabalhar essa temática, trazendo o máximo de informações possíveis para dentro do campo educacional.

Entendemos que muitas vezes as escolas estão de mãos amarradas para uma melhoria no ensino, como por exemplo, a falta de tempo dos professores, por conta de uma sobrecarga de trabalho, para a elaboração de uma aula que aborde conteúdos

¹⁷ Não deixamos de reconhecer a necessidade de uma reforma educacional no Brasil, visto que, os problemas envolvendo a educação são evidentes, como o péssimo salário dos professores e precária estrutura física das escolas brasileiras.

¹⁸ Mais sobre o mito da democracia racial em Lutas Contínuas Concretizam Mudanças Sociais de Kabengele Munanga, disponível em: http://www2.fpa.org.br/sites/default/files/Kabengele_Munanga.pdf

interdisciplinares, um diálogo precário da escola com seus professores, falta de estrutura física para promoção de palestras, debates etc.

Diante da falta de posicionamento das escolas, fica sob a responsabilidade dos professores, até os das disciplinas mais afastadas da temática, trazer para sala de aula, debates que envolvam diretamente a vida dos estudantes, como por exemplo, as cotas, já que muitos têm esse direito, e por falta de informação não o fazem valer.

Por essa falta de estímulo de um debate sobre as Ações Afirmativas (modalidade de cotas) para acesso ao ensino superior por parte da escola, podemos justificar em partes o posicionamento contrário as cotas raciais dos estudantes entrevistados. Será que não é pela ausência de informações que 68,4% dos estudantes do Ensino Médio Inovador do Instituto Estadual de Educação se posicionaram contrários a cotas para negros nas universidades? Mesmo uma parcela dos estudantes podendo ser beneficiados por essas cotas? Somente uma pesquisa mais profunda pode apontar explicações para esse índice tão elevado. Mas podemos adiantar dois elementos fundamentais para esses números.

O primeiro a própria ideia da meritocracia que faz parte da estrutura da sociedade capitalista, e o segundo problema está nos efeitos do mito da democracia racial que encobre as relações inter-raciais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, André Augusto; MARINS, Mani Tebet A. de. Cotas para Negros no Ensino Superior e formas de classificação racial. Rev. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, p. 27-45, jan/abr. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439:ensino-medio-inovador&catid=195:seb-educacao-basica>. Acesso em: 23 jun. 2012.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera o currículo da rede de ensino, incluindo a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 05 jul. 2012.

BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela. **Levando a raça a sério**: ação afirmativa e universidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. (Coleção Políticas da Cor).

CERES, Inteligência Financeira. **Relatório dos Estudos Sócio- Econômico da População Negra de Grande Florianópolis**. 2012. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/arquivos/r-rrqimghvql_estudo-socioeconomico-da-populcao-negr.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MEC. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. p. 39-62, 2005. (Coleção Educação para Todos)

GOSS, Karine Pereira. Retóricas em disputa: o debate intelectual sobre as políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*, março/agosto 2009, p. 114-124.

INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Histórico da Escola**. 2012. Disponível em: <http://www.iee.sed.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5&Itemid=26>. Acesso em: 25 jun. 2012.

JINKINGS, Nise. **A Sociologia em escolas de Santa Catarina**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, p. 103-117, 2009.

MACHADO, Elielma Ayres; SILVA, Fernando Pinheiro da. Ações afirmativas nas universidades públicas: o que dizem os editais e manuais. In: PAIVA, Angela (Org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**. Rio de Janeiro, PUC-Rio: Pallas, p. 75-115, 2010.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2012.

MUNANGA, Kabengele. Lutas Contínuas Concretizam Mudanças Sociais. In: RIBEIRO, Matilde (Org.). **Direitos Humanos como direitos de todos, sem exceção**. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, p.144, 2011. Disponível em: http://www2.fpa.org.br/sites/default/files/Kabengele_Munanga.pdf Acesso em 18 jul. 2012.

_____. **Secretaria de Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12598%3Apublicacoes&Itemid=859>. Acesso em: 28 jun. 2012.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigações em Ciências Sociais**. 4. Ed. Lisboa: Gradiva Publicações, 2005.

SANTOS, H. **Grupo de trabalho interministerial para a população negra**. Brasília. 1996. Disponível em: <WWW.acaoeducativa.orh.br:8080/observatorio/>. Acesso em: 24 jun. 2012.

SILVA, Cidinha da. Ações Afirmativas em Educação: um debate para além das cotas.
In: SILVA, Cidinha (Org.) **Ações Afirmativas em Educação: Experiências Brasileiras**.
São Paulo: Summus, p. 17-38, 2003.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A Sociologia No Ensino Médio: Os Desafios Institucionais e Epistemológicos para a Consolidação Da Disciplina**. Cronos, Natal, v. 8, n. 2, p. 403-427, jul./dez. 2007. Disponível em:
http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1844/pdf_61
Acesso em: 18 jul. 2012.

ZANDONA, Eunice Pereira. **Desigualdades Raciais Na Trajetória Escolar De Alunos Negros Do Ensino Médio**. 2005. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/2poster/GT21-4566--Int.pdf> Acesso em: 17 jul. 2012.